

**DEMOCRACIA E GLOBALIZAÇÃO (ARTIGO DE MANUEL SÉRGIO, 303)****ESPAÇO UNIVERSIDADE 04-08-2019 15:03**

Por Manuel Sérgio

Representando, em números redondos, cinquenta anos de assídua crítica desportiva, focando aspetos onde a filosofia e a epistemologia pudessem auxiliar-me, este pequenino ensaio reflete um estado de espírito onde há mais politologia do que desporto ou motricidade humana. Ora, eu não sou politólogo e tenho receio, por isso, que a olhos suspicazes o que vou aqui escrever pareça demasiado leviano ou brincado. Mas porque, nos últimos tempos, há tanta gente que fala de tudo, sem a prática adequada, vou adentrar-me agora num tema onde não passo de um simples curioso e preconceituado por ideias que, é bem possível, estejam, como eu – velhas! No entanto, porque vou acercar-me de um itinerário intelectual que os cidadãos europeus são, frequentemente, convidados a percorrer, cá estou eu a fazer o que me aconselham. A democracia é uma aspiração alada, que já se entranhou nas pessoas e nas instituições e vive organizada, nas conversas mais corriqueiras e no saber universitário, num coerente sistema de alusão.

A democracia ressalta, aqui e além, como um conceito universal, como a menos má de todas as práticas políticas. Só que, para mim, verdadeiramente, não há conceitos, há pessoas. Digo o mesmo do desporto: não há desporto, há pessoas que praticam desporto. Mas, enfim, não há dúvida que a democracia é uma aspiração universal. Qualquer homem sensato do nosso tempo deve lutar contra todas as ditaduras (porque não há ditaduras boas) e preparar com outros “homens (e mulheres) de boa vontade” os

caminhos que os conduzam à democracia. Assim se formula a aventura política ideal das mulheres (e homens) da primeira metade do século XXI. Mas uma outra ideia também ganhou o nosso mundo – é esta: a democracia e o capitalismo são irmãos siameses, pois que a liberdade de escolha em economia só em democracia acontece. Ao longo dos últimos anos, porém, estas duas presunções que Francis Fukuyama publicitou, com a sedução possível, vêm recebendo severas críticas dos especialistas.

Com efeito, não se nega que a democracia seja uma aspiração universal, mas é indiscutivelmente um sistema político de fundas raízes culturais: nasceu na Grécia e renasceu “adulta” na Europa Ocidental de finais do século XIX e princípios do século XX. Todavia, “os países ocidentais, sem exceção, só introduziram o sufrágio universal de massas, depois de terem instalado regimes políticos sofisticados com poderosos sistemas jurídicos e direitos constitucionais estabelecidos – e fizeram-no em culturas que prezavam a ideia dos direitos individuais. Mesmo então, sofriam de sérios problemas. Metade da Europa rendeu-se ao autoritarismo, nos anos 20 e 30 do século XX” (John Micklethwait & Adrian Wooldridge, *A Quarta Revolução*, D. Quixote, Lisboa, 2015, p.288). Não nos é lícito ocultar que também Portugal escutou o apelo da ditadura, na Revolução de 28 de Maio de 1926. A salazarofilia foi aplaudida por boa parte do povo português até à década de 60 (cfr. Salazar em França, de João Medina, edição da Ática, em 1976). Mas a salazarofilia contou com adeptos também no estrangeiro. Henri Massis, Ploncard d’Assac (o vulgarizador oficial do salazarismo, em língua gaulesa), Jacques Bainville, Leon Pocin, Gonzague de Reynold, Emile Schreiber, Charles Chesnelong, Pau Sérant, Pierre Gaxotte, GHustave Thibon ou Pierre Debrouy, “todos vindos da Action Française, do integrismo católico, do colaboracionismo, ou do neo-fascismo do pós-guerra, subscreverão, desde os anos 30 aos anos 60, uma longa lista de obras que só raramente ultrapassarão o limiar da propaganda mais ou menos encomendada” (Fernando Rosas, prefácio de *Férias com Salazar*, de Christine Garnier, Parceria A.M-Pereira, Lisboa, 2002, p. 7). O Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, amigo dileto de Salazar e futuro Cardeal Patriarca de Lisboa, era ideologicamente bem próximo de Salazar, desde os tempos de Coimbra e do C.A.D.C. (Centro Académico de Democracia Cristã). E, em 1926, “lente” da Faculdade de Letras escreveu, para que não restassem dúvidas: “A nossa vida tomou nesses dias a direcção que segue. E é uma consolação, ao olhar para trás, reconhecer que se não errou a manobra da agulha no começo de viver e se continua fiel ao pensamento primeiro – ao primeiro e grande amor” (*Vinte Anos De Coimbra*, Lisboa, 1943, p. 234)...

Quando foi à ONU, o Papa Paulo VI clamou: “Homens sede Homens, sede dignos da condição humana”. Também a mim me parece objetivo primeiro do Estado promover a dignidade da pessoa, lutar contra tudo e todos que tentam subverter a dignidade da pessoa. O livro que atualmente leio, de John Micklethwait & Adrian Wooldridge, *A Quarta Revolução*, aponta três perigos para a democracia, no Ocidente: “que o Estado continue a expandir-se, reduzindo gradualmente a liberdade; que o Estado continue a ceder a determinados interesses; que o Estado, muito solenemente, continue a fazer promessas que sabe nunca poderá cumprir. Se bem entendo o que os autores propõem: nem demasiada liberdade, para que a autoridade e a disciplina encontrem espaço na sociedade; nem demasiada autoridade que possa castrar a liberdade. Na década de 60, frequentava eu a universidade, como aluno, três filosofias rebolavam engalfinhadas, no

intuito do controlo dos pensamentos e das conversas: o materialismo histórico, o existencialismo e o estruturalismo. Foi em 1843, com a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel que Marx, sem pôr peias de nenhuma espécie, começou a varrer a filosofia idealista com as críticas mais acerbas e contundentes: “Quando está em luta, a crítica não é a paixão do cérebro, mas o cérebro da paixão, não é um escalpelo, é uma arma. O seu objetivo é o seu inimigo que não deseja refutar, mas destruir”. Que o mesmo é dizer: não deve confundir-se Lógica e Política. Só que a Política, nos regimes marxistas, descambou em ditadura, como se sabe! O existencialismo sustenta que a vida humana é essencialmente uma liberdade criadora e salvífica. Em O Existencialismo é um Humanismo, Sartre procura ensinar; “Se Deus não existe, há pelo menos um ser em que a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por qualquer conceito”. O que o define é a liberdade. E quem é livre, primeiro existe e só depois pensa e se pensa. E só depois dá sentido às coisas, aos outros e a si mesmo. O estruturalismo assinala que existem conjuntos que funcionam segundo regras, rigorosamente independentes da vontade dos homens e por isso onde o Homem morreu. Demais, para os estruturalistas, a História é estrutural, não é carismática.

Estes “conjuntos que funcionam segundo regras, rigorosamente independentes da vontade dos homens” continuam, hoje, no Desporto, principalmente porque, para mim, o Desporto reproduz e multiplica as características da cultura democrático-capitalista do nosso tempo. O livro A Quarta Revolução propõe três ideias essenciais: a primeira sublinha que o custo do indiferentismo, da inação é demasiado alto. Por exemplo, sem reformas, o Estado Providência sufocará, morrerá, sob o seu próprio peso. “O segundo dado inegável é a oportunidade. As vantagens de seguir em frente, com a Quarta Revolução, são espetaculares. O Estado que canalize para esta Revolução as mais poderosas forças inovadoras da sociedade adiantar-se-á aos seus pares. E, por fim, têm a história do seu lado: esta revolução é a da liberdade e a dos direitos do indivíduo. Foi essa a tradição que impeliu para a frente a Europa, primeiro, e depois a América. O Ocidente tem sido a região mais criadora do mundo, porque tem rapidamente reinventado o Estado” (p. 296). Sem desrespeito pelas teses que este livro defende, prefiro a intuição primordial da teologia da libertação, que o Papa Francisco parece querer concretizar: a opção preferencial pelos pobres, contra a pobreza e a favor da vida e da justiça. Esta opção não significa, para o Papa, beleza poética tão-só. Ele já citou uma frase de Dostoiévsky, que faz sua: “Todo o progresso do mundo não vale o choro de uma criança faminta”. Este sofrimento da “criança faminta” não se erradica unicamente com um fogo verbal e alentos filantrópicos vários, em favor da democracia e da liberdade, mas também com políticas públicas que visem a justiça social. O Papa Francisco, que é doutor e teólogo, não se nos apresenta como um intelectual descomprometido com a miséria alheia. Mas como um pastor, ou melhor, um companheiro de caminhada, rumo a um mundo novo, a um homem novo. E termino, com o Papa Francisco: “Hoje, ou se aposta na cultura do encontro, ou todos perdem”.